

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.307.203 - DF (2018/0136874-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : CLAUDIO JORGE SIQUEIRA RODRIGUES PEREIRA - DF019004
ADVOGADOS : LIVIA DE MOURA FARIA CAETANO - DF027070
RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648
ADVOGADOS : AMANDA ANDRADE SOARES GUSMAO - DF033327
JULIANA MARQUES LUCAS E OUTRO(S) - DF039862
AGRAVADO : AVELINO CAIXETA NASCENTES
AGRAVADO : ANTUIR JOSE GONCALVES
AGRAVADO : WANTUIR CARDOSO DE MATOS
AGRAVADO : IRACY HONÓRIO RAMOS - ESPÓLIO
REPR. POR : MARIA CARVALHO RAMOS E OUTROS
ADVOGADO : DECIO PLINIO CHAVES E OUTRO(S) - DF012644

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos impugnando decisão que não admitiu o recurso especial sob o fundamento de incidência das Súmulas n. 83 do STJ e 282 do STF (e-STJ fls. 334/339).

O acórdão do TJDF está assim ementado (e-STJ fl. 291):

DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANO VERÃO. LEGITIMIDADE ATIVA. LIQUIDAÇÃO PRÉVIA. DESNECESSIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCLUSÃO NO CÁLCULO DE EXPURGOS POSTERIORES. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Conforme o E. Superior Tribunal de Justiça, desnecessário aguardar o trânsito em julgado dos recursos especiais submetidos à sistemática dos recursos repetitivos para a adoção do entendimento neles consolidado.

O E. Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento em recurso submetido à sistemática dos recursos repetitivos (REsp. n. 1.391.198) de que, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC, os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa para ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na ação civil pública n. 1998.01.1.016798-9, pelo d. Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília - DF.

O E. Superior Tribunal de Justiça, no mesmo julgado, assentou que o direito do beneficiário de ajuizar a ação individual de cumprimento da sentença coletiva independe de seu domicílio no Distrito Federal.

Dependendo a determinação do valor da condenação apenas de cálculos aritméticos, o credor poderá requerer diretamente o pedido de cumprimento de sentença, nos termos do art. 475-B, do Código de Processo Civil.

O E. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do recurso especial repetitivo n. 1.314.478 pacificou o entendimento de que é cabível a incidência de outros expurgos, referentes a planos econômicos posteriores, que não foram objeto da ação civil pública n. 1998.01.1.016798-9, tendo por finalidade a correção monetária plena.

O E. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do recurso especial n. 1.392.245, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, assentou que, tendo sido a sentença coletiva omissa a respeito dos juros remuneratórios, descabe a incidência destes na fase de cumprimento de sentença.

O devedor que não efetua o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, estabelecido no art. 475-J, do Código de Processo Civil, dá causa à instalação de nova fase, sendo devidos, por conseguinte, novos honorários advocatícios, a serem arbitrados conforme o art. 20, § 4º do Código de Processo Civil (Enunciado n. 517 da súmula da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça).
Agravos de instrumento parcialmente providos.

Nas razões recursais (e-STJ fls. 249/272), fundamentadas no art. 105, III, "a", da CF, o recorrente apontou violação dos arts. 267, VI, do CPC/1973, 2º-A da Lei n. 9.494/1997, 527, I, 557 e 535, II, do CPC/1973. A insurgência cuidou dos seguintes temas: (a) ilegitimidade ativa do consumidor, sob o enfoque da abrangência territorial e do vínculo associativo, (b) termo inicial dos juros de mora, (c) inclusão de expurgos subsequentes e (d) julgamento monocrático.

É o relatório.

Decido.

Cuidam os autos de execução de sentença proferida pelo JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA – DF na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, ajuizada pelo IDEC contra o Banco do Brasil S.A.

Juros de mora e expurgos subsequentes

Em relação ao temas em epígrafe, o recorrente não indicou quais dispositivos legais teriam sido violados.

Apresentada a questão nesses termos, conclui-se que o recurso encontra óbice na Súmula n. 284/STF, *in verbis*:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Julgamento monocrático

Quanto à suposta afronta ao art. 557, § 1º, do CPC/1973, o entendimento da Corte de origem coincide com a jurisprudência do STJ que admite o julgamento monocrático quando o posicionamento adotado se alinhar à jurisprudência dominante do próprio tribunal ou dos tribunais superiores. Além disso, a questão fica superada a partir de enfrentamento do debate pelo órgão colegiado respectivo. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ART. 557 DO CPC/1973. PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. OFENSA INEXISTENTE. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. CONTRATOS BANCÁRIOS. RENEGOCIAÇÃO. REVISÃO. POSSIBILIDADE.

1. O julgamento monocrático da causa pelo relator, utilizando-se dos poderes processuais do art. 557 do CPC/1973, não ofende o princípio do duplo grau de jurisdição se o recurso é manifestamente inadmissível ou improcedente, sendo certo que eventual mácula fica superada com o julgamento colegiado do recurso pelo órgão competente.

2. É inadmissível o recurso especial que não indica com precisão o dispositivo de lei federal supostamente violado ou deixa de especificar de que forma ele teria sido contrariado pelo acórdão recorrido, de acordo com a Súmula nº 284/STF.

3. Nos termos da Súmula nº 286/STJ, a renegociação de contrato bancário ou a confissão

da dívida não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores, ainda que em embargos à execução.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 564.102/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 6/9/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO. IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE.

1. O posterior julgamento colegiado, em sede de regimental, confirmando a decisão monocrática, supre eventual irregularidade da mesma quanto ao não atendimento dos requisitos do art. 557, § 1º, do CPC.

2. Havendo requerimento para que as intimações sejam feitas em nome de um determinado advogado, é inválida a intimação feita em nome de outro. Também é desnecessário o prévio deferimento de tal pedido.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.355.085/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 4/2/2016, DJe 17/2/2016.)

Legitimidade ativa

Conforme a orientação jurisprudencial fixada pelo STJ, no julgamento do Recurso Especial n. 1.391.198/RS, relatado pelo em. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO e submetido à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), "a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva n. 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal".

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao agravo em recurso especial.

Publique-se e intemem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator